

OPERAÇÃO FRANCESA

Comissão de Relações Exteriores ouve o chanceler Amorim sobre a presença de Hércules C-130 na Amazônia, mas dúvidas permanecem

Senadores querem explicação do governo

SANDRA LEFCOVICH

DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Defesa, José Viegas, pode ser convocado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para esclarecer a ainda misteriosa presença do Hércules C-130 com uma delegação diplomático-militar francesa no Brasil, entre 9 e 13 de julho.

Depois de ouvir durante quatro horas o chanceler Celso Amorim, ontem em audiência pública na Comissão, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS/RR) afirmou que os parlamentares continuam preocupados com o incidente. Para ele, a missão francesa na Amazônia ainda não foi esclarecida.

Segundo denúncia da revista *Carta Capital*, franceses estiveram em território brasileiro para negociar com rebeldes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a libertação da ex-candidata presidencial colombiana Ingrid Betancourt, prisioneira da guerrilha há 17 meses.

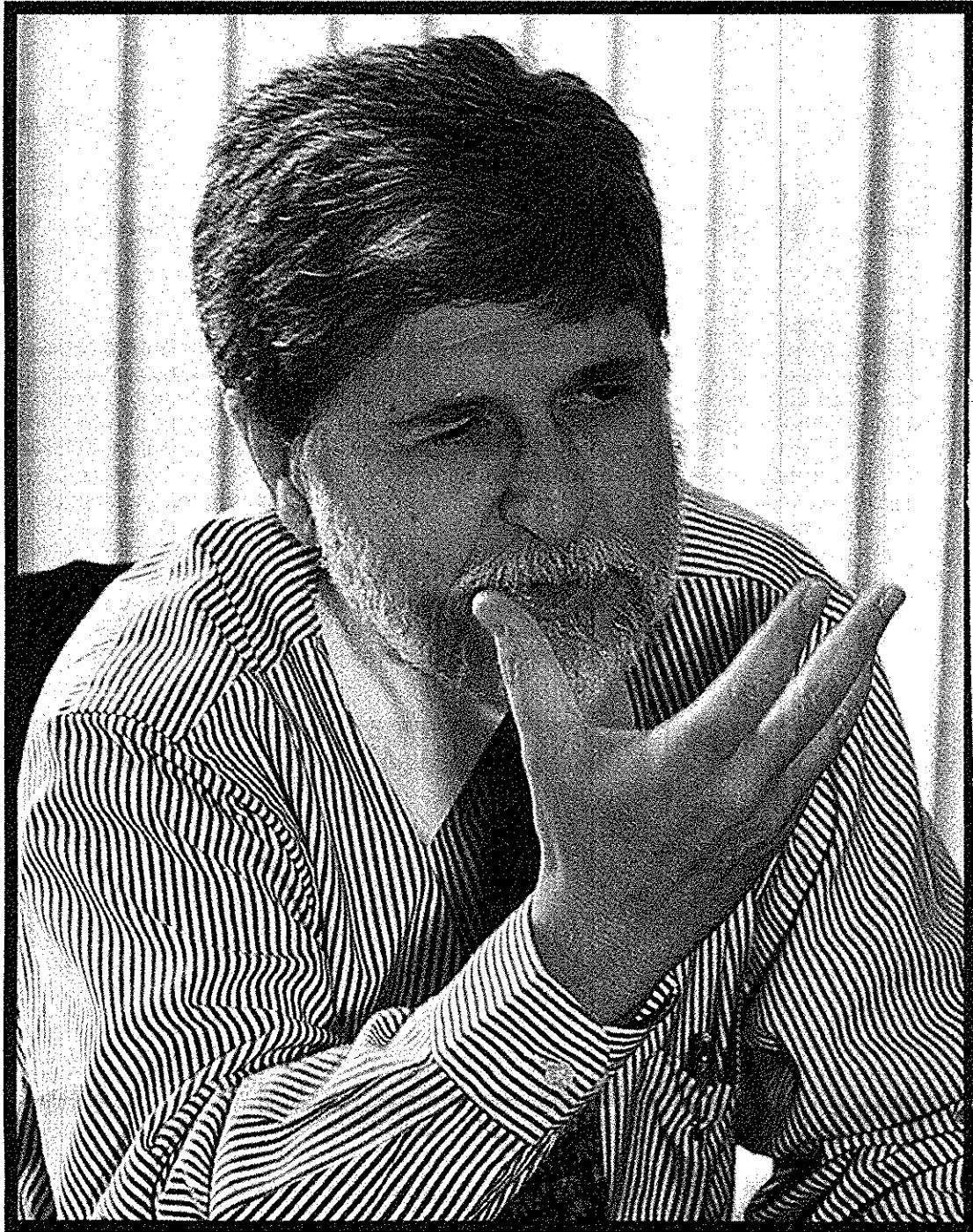
Amorim reiterou que o incidente com a França acabou. "O episódio foi incômodo. Expusemos nosso desconforto e desagrado. Houve um pedido de desculpas da França", afirmou. "A não ser que surja outro elemento que demonstre que os objetivos eram diferentes, o episódio foi encerrado", concluiu. Ele também explicou o estágio da integração sul-americana, as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em nota do dia 31 de julho, o chanceler francês, Dominique de Villepin, lamentou o incidente e explicou que a missão era médica e veio ao Brasil dar apoio a um parente de Ingrid.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Eduardo Suplicy (PT/SP), afirmou que, diante dos esclarecimentos do chanceler, perguntará aos senadores na próxima semana se consideram necessário convocar Viegas. O requerimento, feito pelo senador Jefferson Peres (PDT/AM), foi aprovado ontem, mas pode ser reconsiderado.

Para o senador Cavalcanti, no campo diplomático não há muito mais o que fazer. Mas ele quer explicações de Viegas e do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, além dos embaixadores da França no Brasil, Alain Rouquié, e da Colômbia no Bra-

Daniel Ferreira/04.04.03



CELSE AMORIM CONSIDEROU ENCERRADO O INCIDENTE PROVOCADO PELA MISSÃO FRANCESA NO BRASIL

sil, Jorge Enrique Garavito.

O senador de Roraima considerou que há alguns fatos "esquisitos" no incidente. Entre eles, o pedido de pouso do avião militar francês em Manaus para abastecimento. "Basta olhar o mapa para ver que Manaus não é a rota para Caiena", considerou. Ele também estranhou a Polícia Federal dar um visto de dez dias aos 11 franceses e o fato de os franceses alugarem o avião da empresa Rico para ir até São Paulo de Olivença, cidade perto da Colômbia. "Creio que a missão não era médica. As Farc fizeram uma nota dizendo que não havia negociação. Me parece que há um seqüestro de uma seqüestrada", apontou. Em resposta,

Amorim disse que não tem como comprovar a denúncia.

Preocupação

O chanceler lembrou que o Itamaraty convocou duas vezes o embaixador Rouquié, (nos dias 21 e 28 de julho) para protestar pelo fato de o governo brasileiro não ter sido consultado pela França.

Mas a maior preocupação dos senadores é com a Amazônia. "É um incidente emblemático para dizer à comunidade internacional que estamos preocupados e firmes com a defesa da soberania nacional", disse Cavalcanti.

Amorim concordou e afirmou que o governo não permitirá nenhum arranjo à soberania do Brasil. Como exemplo, citou o fa-

to de o Itamaraty não ceder às pressões do governo norte-americano, que tentou assinar acordos bilaterais para garantir imunidade a seus militares nos países que participam do Tribunal Penal Internacional (TPI).

A posição do Itamaraty nas negociações para a criação da Alca também é demonstração de soberania, para o chanceler. "É custoso, mas o governo Lula está profundamente empenhado na defesa da soberania nacional."

Suplicy defendeu a atuação do Brasil na busca de uma saída negociada à guerra colombiana e da libertação dos seqüestrados. "O governo brasileiro deve contribuir para a pacificação da Colômbia", afirmou.